

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891  
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*  
BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*  
MAURO GUIMARÃES — *Director*  
FERNANDO PEDREIRA — *Redactor Chefe*  
MARCOS SÁ CORREIA — *Editor*  
FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

## Transição Elástica

Nem tudo é pelo social, apesar do slogan oficial que insiste em alardear o contrário. Tudo, na verdade, tem sido pelo mandato de cinco anos. No círculo ao redor do presidente, não se faz outra coisa, desde o ano passado, senão amealhar votos para que o presidente possa manter-se por um prazo maior do que a nossa capacidade de suportar a ilegitimidade. E bom ele, evidentemente, os pingentes do poder exercido entre amigos.

Para a opinião pública, a hipótese dos cinco anos é uma sobrecarga. Os constituintes já exprimiram — na Comissão de Sistematização — a preferência da grande maioria dos cidadãos pelos quatro anos. Já habituados à inversão dos sinais, os brasileiros entenderam a concordância presidencial pelo avesso: o governo não aceita a decisão e vai se empenhar para que o plenário da Constituinte "faça o serviço". Oficialmente, o governo não fala no assunto. Extraoficialmente, porém, comporta-se de uma forma que não consegue manter-se oculta, porque o aliciamento não evita o risco de fazer lances a quem não está disposto a negociar questões de consciência. Sabe-se de tudo.

A nação preferia que a transição tivesse como lema "tudo pela moral". Seria pedir demais? Seria a forma de impedir a crescente e exasperante indignação cívica diante da ofensiva para converter votos pelos quatro anos em favor do mandato de cinco. A propaganda oficial apregoa "tudo pelo social", mas à sua sombra negocia-se o mandato presidencial. Para o cidadão que já passou dos quarenta anos sem jamais ter votado para presidente da República, é proveitoso saber em tempo que é realmente difícil praticar as regras democráticas com parceiros sem convicção para jogar coerentemente até o fim.

O presidente Sarney, ao reivindicar o mandato de cinco anos, não se dá conta de que a hipótese implica abrir entre a última e a futura eleição presidencial direta um prazo de trinta anos, exatamente quando a República irá comemorar cem anos. Não há qualquer razão teórica, prática ou política para se abrir essa brecha na História do nosso país. A insistência dos áulicos ressalta a falta de antecedentes democráticos: o presidente nunca disse que não fosse um democrata, mas não conseguiu ainda demonstrar que o fosse.

No Maranhão, mais do que um inexistente saldo democrático, o presidente Sarney administrou na fase dos militares a herança do vitorinismo, que lhe coube por morte do cacique do PSD. Entre a gestão política de Vitorino Freire e a de José Sarney do Maranhão, a única diferença é que um fazia em nome do PSD e o outro passou a fazer em nome da UDN. As eleições maranhenses eram e continuam a ser arranjos. Antes, quem mandava e desmandava era Vitorino Freire. Depois, quem manda e desmanda é José Sarney: elegem-se os amigos e, quando estes abusam, apela-se para os inimigos. Mas, democracia, jamais. Não se fala noutra coisa, atualmente, senão num dossiê político capaz de reunir todas as irregularidades que, separadamente, comportam levantamentos suficientes para se apressar — e o mais rápido possível — esta transição em câmera lenta.

Por que insistir em mandato de cinco anos? Sabe-se que este governo tem mais de omissos que de democratas, no seu método de cuidar da coisa pública. De raro em raro, o ministério se reúne, mais para se deixar fotografar e compor a moldura do presidente

na televisão, para anunciar algum projeto que, uma semana depois, está esquecido dos governantes e dos governados, brasileiras e brasileiros, sem qualquer distinção. Agora, ao mudar pela quarta vez o ministro da Fazenda, o presidente adota a proposta de cortar despesas. Não é garantia de que haverá cortes de despesas. Foi assim com todos os antecessores. O Governo Sarney instalou-se com a leitura da mensagem de Tancredo Neves, na primeira reunião ministerial, fazendo a recomendação expressa de que era proibido gastar.

Não se fez outra coisa que não fosse gastar. Gasta-se em nome do social, arranca-se mais do contribuinte para combater o déficit, o déficit engorda cada vez mais, e o social continua desamparado. Não é possível cortar despesas e continuar a gastar ao mesmo tempo. Quem tiver dúvida, conte três meses para ver que o governo não controla as despesas e nem se controla: será o primeiro a gastar e o primeiro a esquecer o bom propósito. Em que ficaram aquelas intenções sob as quais se falou de uma Nova República? A mordomia é a mesma, a partir das mansões de Brasília: mudaram apenas os inquilinos.

É inexato dizer que a situação continua a mesma porque — na verdade — piora a cada dia. Portanto, não é a mesma. O governo passou a agir diretamente junto aos prefeitos de grandes cidades, por baixo dos governadores: o senador suplente Álvaro Pacheco dispensa os recibos na intermediação de favores federais, em troca do apoio ao mandato de cinco anos. O que dá certo no comércio de camelô não quer dizer que funcione na transação política, apenas porque é uma forma de sonegação.

É elementar: sem democratas, não se faz democracia. O presidente da República começou na UDN, que diplomou golpistas e forneceu os quadros de que se serviu o autoritarismo. O próprio senador José Sarney não pode se queixar: os militares nunca lhe pediram sacrifícios e o premiaram com honras e cargos. O presidente Sarney tem uma variada coleção de filiações políticas: foi da UDN, em seguida filiou-se à Arena, presidiu o PDS e só não teve tempo de ir para o PFL, mas acabou presidente de honra do PMDB e presidente da República pelo partido que combateu como delegado do regime militar. Guardou coerência política, e veio da UDN ao autoritarismo, e ao PMDB, sem precisar explicar-se.

Perdeu-se no meio do caminho, se é que havia, qualquer marca democrática. Foram vinte anos de bons serviços ao autoritarismo. Tanto foram bons que se traduziram em confiança do mais desconfiado dos regimes em relação aos políticos. Ainda que não tenha sido por merecimento, as promoções políticas que enriqueceram o currículo do presidente Sarney — antes de chegar à presidência da República — foram obtidas por bom comportamento. Enquanto vigorou em sua plenitude, o regime dos militares não teve queixa, pelo contrário, das palavras e atos do senador Sarney, foi o comandante da maior batalha travada no Congresso: derrotou a emenda pela eleição direta.

Não é também pelo merecimento que reivindica os cinco anos de mandato: é porque, depois de tantos anos no poder, não consegue acomodar-se fora das facilidades oficiais. A opinião pública é que não consegue conviver com a ideia. Os brasileiros querem nada mais que o direito de decidir pelo voto, este ano, a questão essencial: a legitimidade sem a qual não há governo que se sustente.